

CIDADÃOS ILETRADOS NÃO PERCEBEM A IMPORTÂNCIA DO VOTO

Combate à pobreza refém da erradicação do analfabetismo

Por Emildo Sambo
Foto: Ismael Miquidade

Os discursos populistas sobre o combate à pobreza absoluta não estão a encontrar enquadramento prático e efectivo no país. Por um lado, mais de 50 por cento de população é analfabeta e não percebe pataquina dos propalados programas de combate à pobreza, alegadamente desenhados para o seu benefício. Por outro, a disparidade entre as zonas urbanas e rurais continua elevada de tal forma que a demanda para o acesso ao ensino é maior nas áreas urbanas e supostamente mais ricas. Estas e outras constatações que não dignificam em nada o país, vêm contidas no relatório do Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARF), na sua avaliação sobre o país, há dias divulgado em Maputo. Entre outros aspectos que embaraçam o combate à pobreza, um dos maiores inimigos do povo, aponta-se, em suma, que a luta contra a pobreza não pode ser ganha, a menos que a ignorância devido à falta de educação, especialmente a alfabetização, seja erradicada.

A corrupção no sector da educação, envolvendo professores, alunos, pais e encarregados de educação e os desvios de aplicação de dinheiro são apontados como sendo parte dos empecilhos que minam o sector, daí a ausência de um aproveitamento pedagógico satisfatório e da respectiva qualidade.

Segundo o relatório do MARF, a qualidade e relevância da educação continuam a ser uma preocupação em Moçambique. Dos 7 milhões de pessoas activas no mercado de trabalho, existen-

tes no país, mais de 90 por cento apenas completaram cinco anos de ensino primário, ou menos. Para além deste cenário não menos triste, há indicação de haver uma grande falta de capacidade técnica de níveis mais altos de escolaridade, especialmente em matemática e ciências. Dos 30.000 alunos matriculados em dezasseis instituições de ensino superior, menos de um terço escolheram as ciências naturais, agricultura, engenharia e ciências de saúde, e menos ainda, eventualmente se graduaram. Concluindo, em todo o país menos de 300 pes-soas têm o grau de doutorado.

Corrupção no sector da educação

O documento em nossa posse aponta, igualmente, que, para além dos desafios de cobertura e qualidade, a corrupção no sector da educação reduz a eficiência e qualidade dos serviços, especialmente para os pobres. "A diversão de fundos faz com que menos dinheiro do que o previsto chegue aos que deveriam ser os beneficiários".

Por outro lado, refere-se que, diversas vezes, em vários fóruns provinciais, foi reportado que a corrupção ocorre, principalmente, a nível de professores, com crianças e pais a variarem nas práticas ilegais, incluindo: "cobranças não autorizadas nas matrículas, subornos para obterem boas notas ou notas nos exames, ou para comprar as perguntas dos exames, pagamento forçado a explicadores privados para poderem ter ensino de qualidade e coerção sexual de alunos".

Estes abusos, de acordo com a fonte, afectam, particularmente, as crianças pobres, que, provavelmente, menos recursos têm para ingressar no Sistema Nacional de Ensino.

Doa a quem doer, a fonte vai mais longe, afirmando que Moçambique vai levar muitos anos antes de cobrir esta lacuna, "a menos que medidas drásticas sejam tomadas e se estabeleçam incentivos que motivem os adultos a melhorarem as suas capacidades de ler e escrever. Isto pode ser muito crucial, na medida em que o desenvolvimento de uma economia é em função da quantidade e qualidade da sua população instruída. Mais significativamente, altos níveis de literacia tem custos económicos e sociais elevados".

Cidadãos iletrados não entendem a importância do voto

Em termos políticos, cidadãos ou votantes não informados, que sejam analfabetos numa sociedade democrática, provavelmente não apreciarão a importância de votar para melhorar o seu bem-estar — aponta o relatório, avançando que, mas, à medida, que a classe média ou os sectores mais ricos da população se tornam cada vez mais conscientes, a taxa de tolerância para a pobreza extrema e outros problemas sociais irá provavelmente cair consideravelmente.

Ainda nesse contexto, refere que o analfabetismo mina a possibilidade de os moçambicanos tirarem vantagens das oportunidades da educação e informação para contribuírem plenamente nos esforços de desenvolvimento nacional, e, ao mesmo tempo de fazerem uso pleno das oportunidades sociais e económicas. "A luta contra a pobreza não pode ser ganha, a menos que a ignorância devido à falta de educação, especialmente a alfabetização, seja erradicada".

Iliteracia funcional pode aumentar a fricção na sociedade

Num cenário em que, no país, os discursos falam mais alto que acções no terreno, as promessas vão muito mais longe que o cumprimento e os projectos terminam em papeis, o documento que temos vindo a citar considera que o papel importante da educação no avanço económico e desenvolvimento social e na redução da pobreza não pode, no entanto, ser

demiadamente enfatizado. "Os moçambicanos que são funcionalmente iletrados podem estar sujeitos a intimidação social, riscos de saúde, baixo rendimento, stress e outros perigos associados com a sua incapacidade de ler e escrever. A sua incapacidade de funcionar normalmente na sua sociedade, devido à sua iliteracia funcional, pode aumentar a probabilidade de se envolverem em actividades anti-sociais, tais como o crime, ou outras auto-destrutivas".

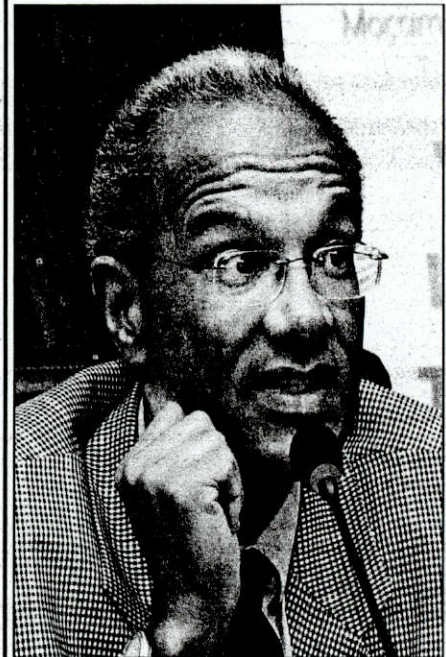
"Por esta razão, é importante para Moçambique melhorar as taxas de literacia nas comunidades através do reforço do sistema de educação e dos programas de alfabetização de adultos", conclui-se.

Governo registou progressos no acesso à escola

Apesar do cenário sombrio que se descreve em torno do sector da educação nacional, o MARF reconhece, por um lado, que o Governo moçambicano registou um notável progresso no acesso à escola, embora lento. Exemplifica-se que o acesso ao ensino primário aumentou de 2 milhões, em 2001, para quase 4 milhões, em 2006, no âmbito do primeiro Plano Anual de Redução da Pobreza Absoluta (PARPA I). Mas desafios significativos permaneceram. Por exemplo, "a taxa de conclusão do ensino primário ainda está abaixo dos 50 por cento. A taxa de escolarização das raparigas, particularmente, nos níveis pós primário, fica muito atrás das dos rapazes. Moçambique está, portanto, em risco de não ser capaz de cumprir o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio (ODM) da educação primária universal e equidade de género na educação".

Sublinha-se que o referido progresso é lento, pois apenas 500.000 alunos estão matriculados em programas de ensino secundário e 30.000 em programas do terciário. E mais, "disparidades significativas continuam entre as zonas urbanas e rurais, e são exacerbadas pela demanda por ensino secundário, técnico, terciário, que é maior nas áreas urbanas mais ricas, tornando cada vez mais difícil que as políticas do Governo na educação sejam efectivamente pró-pobre". CM

Doentes de HIV-Sida e organizações da sociedade civil agitam MISAU



Por Conceição Vitorino

Pela manhã da segunda-feira, várias pessoas que padecem de HIV-Sida e organizações da sociedade civil que trabalham em prol dos pacientes desta doença concentraram-se no edifício do Ministério da Saúde para pôr termo à falta de diálogo e arrogância alegadamente protagonizados pelo ministro da Saúde, Ivo Garrido.

Segundo o coordenador do Movimento para o Acesso ao Tratamento em Moçambique, (MATRAM), César Mufaniquiço, os vários fóruns entre o Governo e a sociedade civil têm redundado em fracasso. O fracasso reside no facto de cinicamente a contraparte governamental não ouvir as posições da sociedade civil e só minimizar os problemas actualmente existentes e constatados no terreno.

"A marcha a nível nacional visa mostrar ao povo moçambicano os entraves que as entidades da Saúde estão a encobrir de forma a aumentar mais mortes de pessoas com uma doença que se pode tratar", repisou César Mufaniquiço.

Momentos depois, o ministro da Saúde, Ivo Garrido, largou o seu gabinete de trabalho para conversar com os doentes de HIV-

Sida e as organizações da sociedade civil que estavam no edifício do Ministério da Saúde.

Ivo Garrido falou nos seguintes termos: "estou aberto para dialogar convosco. Vamos acolher todas as preocupações levantadas para uma melhor solução". O certo é que só agora procura o diálogo. Depois de tudo escangalhado.

De referir que o governo fechou os hospitais-dia alegando que os casos de HIV-Sida passariam a ser tratados em hospitais comuns mas o que se vê no terreno é que estas unidades são, de longe, incapazes de desempenhar cabalmente o papel que competia aos hospitais-dia. Enquanto estes se dedicavam unicamente aos doentes, as unidades comuns já não conseguem prestar o mesmo nível de cuidados uma vez que elas por si já vêm enfrentado problemas para satisfazer a demanda de doentes com problemas comuns e com este acréscimo de responsabilidade acabam ficando mergulhados num desespero total.

Enquanto isso os pacientes que agora se vêm confrontados com uma prestação de serviço deficitário vão abandonando o tratamento. Muitos acabam por perder a vida. CM

